



## **O povo cuidando do povo: pesquisa e militância na promoção de territórios mais sustentáveis e saudáveis no estado do Rio de Janeiro**

*The People Caring for the People: research and activism in promoting more sustainable and healthy territories in the state of Rio de Janeiro*

BURLE DE NIEMEYER, Carolina<sup>1</sup>; SANTOS, Ana<sup>2</sup>; DE OLIVEIRA SILVA, Iranilde<sup>3</sup>; GUIMARÃES, Flávia<sup>4</sup>; COSTA, Marcelo<sup>5</sup>

<sup>1</sup> Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz), carolina.niemeyer.fiocruz@gmail.com; <sup>2</sup>Centro de Integração da Serra da Misericórdia (CEM), agroecologia.favela@gmail.com; <sup>3</sup>Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), iranildesilva@hotmail.com; <sup>4</sup>ENSP/Fiocruz, flaviarguimaraes@gmail.com; <sup>5</sup>ENSP/Fiocruz, mcosta.ensp@gmail.com

### **RESUMO EXPANDIDO**

#### **Eixo Temático: Saúde e Agroecologia**

**Resumo:** Este é um relato da experiência “O povo cuidando do povo: uma pesquisa-ação participativa sobre os desafios e estratégias ao enfrentamento da COVID-19 em três territórios periféricos no estado do Rio de Janeiro”, realizada pela Fiocruz em parceria com cinco movimentos sociais e outras instituições de ensino e pesquisa. O objetivo geral foi examinar como a Covid-19 repercutiu nas condições de vida e no acesso à saúde de famílias e indivíduos que vivem em lugares periféricos e vulnerabilizados, a partir de questões de interesse de todos os seguimentos envolvidos e da incorporação das comunidades como sujeitos de pesquisa, realizando uma investigação que fizesse sentido para os territórios e contribuísse para torná-los mais sustentáveis e saudáveis. A nossa estratégia foi articular a pesquisa a uma iniciativa dos movimentos sociais: o curso de Agentes Populares de Saúde, implementado em três territórios do estado do Rio de Janeiro, onde também realizamos esse estudo.

**Palavras-Chave:** saúde e agroecologia; soberania alimentar; movimentos sociais; vigilância popular em saúde

#### **Contexto**

Este é um relato da experiência “O povo cuidando do povo: uma pesquisa-ação participativa sobre os desafios e estratégias ao enfrentamento da COVID-19 em três territórios periféricos no estado do Rio de Janeiro”, realizado pela Escola de Governo em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública (EGS-ENSP/Fiocruz), em parceria com cinco movimentos sociais e outras instituições de ensino e pesquisa.

A pesquisa foi contemplada pelo edital do “programa Inova Fiocruz Territórios Sustentáveis e Saudáveis no contexto da pandemia Covid-19” e teve como objetivo examinar como a Covid-19 repercutiu nas condições de vida e no acesso à saúde de



famílias e indivíduos que vivem em três distintos territórios periféricos no Estado do Rio de Janeiro.

Em 2020, a maioria das pesquisas sobre os impactos da COVID-19 no Brasil estavam sendo realizadas de forma remota, por meio de questionários virtuais respondidos pelos próprios indivíduos. Esta estratégia por si só gerou resultados enviesados, porque as populações vulnerabilizadas da cidade e principalmente do campo estavam excluídas dessas investigações. Corrigir essa distorção era do interesse tanto dos movimentos sociais como das instituições de pesquisa envolvidas.

Desde a proposta encaminhada ao edital (11/2020), o projeto foi desenvolvido junto com os movimentos sociais parceiros, com o intuito de produzir dados científicos relevantes para as comunidades, tanto para subsidiar iniciativas autônomas de viés territorial, como para fortalecer sua atuação junto ao poder público, na luta por direitos e por políticas públicas mais efetivas. Também buscou-se fortalecer os laços entre os movimentos sociais rurais e urbanos envolvidos e promover a articulação entre o campo e a cidade, tendo a segurança alimentar e a agroecologia como questões centrais.

O projeto foi desenvolvido entre março de 2021 e março de 2023, em três territórios de natureza distintas onde os movimentos sociais parceiros já atuavam. A área urbana conhecida como "Praça do PAC", na favela de Manguinhos, onde o Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) e o Levante Popular da Juventude (Levante) realizavam trabalho de base. A Terra Prometida, uma comunidade rururbana no complexo da Penha, ainda não mapeada pelo estado, onde o Centro de Integração da Serra da Misericórdia (CEM), um membro da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede Cau), promove ações de agroecologia urbana junto à população local. E o acampamento Edson Nogueira, localizado na zona rural de Macaé, onde está situada a Unidade Pedagógica de Agroecologia Marielle Franco, pertencente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

As/os pesquisadoras/es envolvidas nessa "pesquisa participante" (Brandão e Borges, 2007) intencionavam realizar uma investigação que, além de dados científicos, também promovesse a melhoria das condições de vida nos territórios pesquisados. A nossa estratégia foi articular a pesquisa ao curso de Agentes Populares de Saúde, uma ação de solidariedade ativa mobilizada pela campanha popular Periferia Viva, que no Rio de Janeiro estava a cargo do MST, do MTD e do Levante. Essa iniciativa surgiu em Pernambuco e já foi realizada em diferentes lugares do Brasil, sempre mobilizada por movimentos sociais, em parceria com instituições de ensino e pesquisa (Méllo, 2020).

O projeto aportou recursos que viabilizaram a realização do curso nos três territórios mencionados; em contrapartida, as/os próprias/os educandas/os atuaram como pesquisadores populares, participando de rodas de conversa organizadas pela



equipe de pesquisa, e aplicando um instrumento de levantamento de dados socioterritoriais em suas respectivas comunidades.

### **Metodologia e descrição da experiência**

Apoiada em uma perspectiva Freiriana, essa pesquisa-ação se constituiu a partir de um diálogo entre os conhecimentos científico, técnico e popular, tendo em vista uma “construção compartilhada de conhecimentos” (Carvalho, Acioli e Stotz, 2001) sobre os desafios e potencialidades destes territórios, no processo de enfrentamento da pandemia de Covid-19.

No desenvolvimento dessa experiência, adotamos metodologias da Educação Popular em Saúde (Freire, 2004, 2011; Stotz, 2005) e nos inspiramos em experiências a elas relacionadas. Além de envolver os membros das respectivas comunidades, a participação constituiu-se a partir do diálogo entre os saberes popular e tradicional, apoiado no entendimento de que “a reflexão sobre a realidade, aliada à ação política, pode estabelecer caminhos para a construção engajada da consciência crítica” e dinamizar uma produção coletiva de conhecimentos (Gasparoni e Pielke, 2017).

A experiência foi desenvolvida ao longo de dois anos, entre março de 2021 e março de 2023, em três territórios periféricos do estado do Rio de Janeiro de natureza distintas. Dois deles na cidade do Rio de Janeiro: uma comunidade urbana do complexo de Manguinhos e uma comunidade rururbana do complexo da Penha, e um acampamento rural no município de Macaé.

A coordenação geral ficou a cargo da Escola de Governo (EGS-ENSP/Fiocruz), contemplada pelo edital, mas todas as etapas de desenvolvimento do projeto, incluindo a definição da metodologia de pesquisa e a alocação dos recursos foram definidas de comum acordo com os movimentos sociais parceiros, e as estratégias de realização do curso e da pesquisa de campo pactuadas também com representantes dos territórios.

Apoiadas no entendimento de que “todas as culturas são fontes originais de saber”, e que “através do exercício de uma pesquisa e da interação entre os diferentes conhecimentos que uma forma partilhável de compreensão da realidade social pode ser construída” (Brandão e Borges, 2007, p. 54), assumimos o compromisso de produzir conhecimento com os movimentos sociais e os territórios, e não sobre eles. De viés multidisciplinar e plurinstitucional, essa investigação também envolveu pesquisadoras/es de diferentes áreas e expertises<sup>1</sup>, além de profissionais da Saúde, do Serviço Social e da Educação, e cientistas populares desses territórios.

---

<sup>1</sup> A pesquisa envolveu profissionais e pesquisadores da Saúde Coletiva, da Sociologia, da Epidemiologia, da Comunicação, da Ciência da Informação, do Serviço Social, da Psicologia e do Direito, ligados a distintas organizações. Da Fiocruz participaram unidades da ENSP, e do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (IciCT), incluindo a VideoSaúde distribuidora da Fiocruz, além do Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ), da Escola de Enfermagem da USP de Ribeirão Preto e do grupo de extensão ‘Trabalho, Diálogo e Ação’ (DiaTrab), da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ.





Coordenar o trabalho de tamanha diversidade de sujeitos e instituições não foi uma tarefa simples, e a solução encontrada foi a criação de diferentes instâncias organizativas, com competências específicas, que trabalharam em colaboração. Algumas pessoas atuaram em mais de uma delas e a coordenadora do projeto acompanhou o trabalho de todas. Devido à pandemia por Covid-19, no primeiro ano atuamos basicamente de forma remota, nos dedicando à criação e consolidação desses grupos de trabalho, à definição dos objetivos específicos do projeto e à integração da pesquisa-ação ao curso de Agentes Populares de Saúde. Também desenvolvemos um questionário, que foi utilizado como instrumento de pesquisa de campo e incorporado como material pedagógico nessa formação (Niemeyer, 2023).

Este questionário foi desenvolvido de forma colaborativa e participativa por todos os seguimentos envolvidos e validado nos territórios antes de ser aplicado em campo. Neste processo sofreu críticas e sugestões, as quais foram incorporadas à versão encaminhada para aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP. A versão final do instrumento teve sete eixos, integrados aos temas e cronograma do curso de Agentes Populares, são eles: (1) Características do domicílio, (2) Perfil do responsável pelo domicílio, (3) Insegurança alimentar, (4) Vulnerabilidades socioterritoriais, (5) Acesso a serviços de saúde; (6) Pandemia por COVID-19 (considerando março de 2020 como o marco temporal) e (7) Trabalho, renda e acesso a direitos na Pandemia por Covid-19 (*Ibid*).

O curso de Agentes Populares de Saúde adotou a pedagogia da Alternância, com momentos de tempo escola, em que o conteúdo é trabalhado em sala de aula com a mediação de um/a professor/a ou tutor/a, e momentos de tempo comunidade, em que o aprendizado se consolida na prática, em atividades realizadas pelas/os educandas/os em seus respectivos territórios. Incorporado ao curso, o questionário foi trabalhado em sala de aula com as/os alunas/os, e aplicado em campo por elas/eles, como uma tarefa do tempo comunidade, quando estava previsto que cada qual acompanharia 10 famílias como parte de sua formação.

O curso de Agente Popular de Saúde teve cinco módulos: (1) Quem somos nós e como entender a pandemia; (2) Comunicação popular como ferramenta de luta e de ação política; (3) Como cuidar da minha comunidade; (4) Leitura do Território e (5) Direitos. Essa proposta teve como base o projeto político-pedagógico da primeira formação realizada em Pernambuco, em 2020 (Méllo, 2020), adaptada ao momento pandêmico e aos contextos. Os temas centrais foram os mesmos nos três territórios, mas a forma de trabalhá-los variou, principalmente nas etapas de tempo comunidade. A agroecologia foi uma questão central para dois desses lugares: o acampamento rural Edson Nogueira (Macaé) e a comunidade rururbana Terra Prometida (Penha).

## **Resultados e discussão**

No entender do coordenador técnico do Programa City Region Food Systems da FAO, Guido Santini, a agricultura urbana pode tornar as cidades mais resilientes contra as mudanças climáticas e mais bem preparadas para enfrentar pandemias,



como a de Covid-19 (EPSJV/Fiocruz, 2022). Essa é também uma estratégia para diversificar as dietas e fontes de alimentos, principalmente nas periferias mais vulnerabilizadas, onde são comuns os desertos e pântanos alimentares.

Esses fatores foram levados em conta nessa pesquisa-ação, que incorporou questões trazidas da “Escala Brasileira de Insegurança Alimentar” (EBIA) no eixo “Insegurança Alimentar” do questionário, além de outras perguntas relacionadas à produção de alimentos, à criação de animais, ao conhecimento tradicional sobre plantas e ervas e ao uso de plantas medicinais pelas comunidades. Esses temas foram igualmente trabalhados durante os cursos de Agentes Populares de Saúde, principalmente na Terra Prometida e no acampamento Edson Nogueira, mas também em Manguinhos.

Dentre os três territórios, o PAC Manguinhos é o único que dispõe de serviços básicos: energia, água e esgoto, e equipamentos públicos, como, escola, unidade básica de saúde, biblioteca e praça. Nesta localidade, a maioria das casas é de alvenaria, com acesso à água encanada e saneamento básico. Apesar da Terra Prometida estar situada em um complexo de favelas da cidade do Rio de Janeiro e o Edson Nogueira em uma área rural de Macaé têm muitos aspectos em comum. Ambos não são mapeados pelo Estado, não têm acesso a serviços básicos e a equipamentos no território, e a maioria das suas residências é de material aproveitado.

Mas a nossa pesquisa também revelou que, apesar da maior precariedade, esses dois territórios não tiveram resultados piores do que Manguinhos, em relação à “Insegurança alimentar” e à “pandemia por Covid-19”. Em nosso entender, isso se deve ao fato desses territórios já desenvolverem ações vinculadas à agroecologia e à promoção da segurança alimentar no território, antes mesmo da COVID-19.

Na Terra Prometida, a agroecologia é trabalhada desde cedo com as crianças, em uma escolinha de agroecologia coordenada pelo CEM. Esse é um território “de morar e de plantar”, onde há uma agrofloresta em desenvolvimento e quintais produtivos onde mulheres da comunidade plantam alimentos para o autoconsumo. Na pandemia, o CEM também promoveu ações de doação de alimentos para a população local.

Além de abrigar a Unidade Pedagógica de Agroecologia Marielle Franco do MST, o acampamento Edson Nogueira possui um Coletivo de Saúde, cujo papel é fortalecer o acesso à saúde no campo por meio dos espaços de cuidado, onde são trabalhados conhecimentos ancestrais com plantas medicinais e outras Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS). O acampamento também dispõe de uma cozinha comunitária franqueada a todas/os, mantida pelos acampados e por apoiadores.

### **Considerações finais**

Um dos nossos interesses com esta investigação era evidenciar os desafios, mas também as potencialidades desses distintos territórios no enfrentamento da



pandemia por Covid-19. Ao longo desse estudo, pudemos confirmar que os determinantes socioambientais da saúde (Breilh, 2015) impactaram a forma como essa emergência sanitária foi vivenciada pelos territórios mais vulneráveis, porque as condições de vida e a situação socioeconômica dessas populações impediram que fossem seguidas as prescrições mínimas de prevenção contra a contaminação e a propagação dessa doença, como isolamento social e higienização constante das mãos. Mas também constatamos que a capacidade de auto-organização e de desenvolvimento de estratégias coletivas de solidariedade ativa tiveram importância fundamental para minimizar essas consequências.

Em um contexto marcado pelo aumento da insegurança alimentar e pela dificuldade de acesso ao SUS, sobrecarregado pelas demandas da pandemia, reconhecemos o viés estratégico das iniciativas envolvendo agroecologia, para a promoção da saúde nos territórios vulnerabilizados, no campo e na cidade.

Como constatado por esta pesquisa, a produção e doação de alimentos agroecológicos foram fundamentais para aliviar a fome e promover o acesso a alimentos frescos e saudáveis a essas populações durante a pandemia por Covid-19, assim como os conhecimentos ancestrais sobre plantas e ervas medicinais e a manutenção de farmácias vivas contribuíram para a manutenção da saúde nesses territórios.

## **Agradecimentos**

Agradecemos à Fundação Oswaldo Cruz, e, mais especificamente, ao “Programa Inova Fiocruz” e ao “Programa Territórios Sustentáveis e Saudáveis” (PITSS), pelo financiamento deste projeto, e a todas as pessoas dos territórios que atuaram como pesquisadores populares ou contribuíram de outra forma para a realização deste trabalho.

## **Referências bibliográficas**

- BRANDÃO, C.R.; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista de Educação Popular*, v. 6, n. 1, 2007.
- CARVALHO, M.A.P., S. ACIOLI, e E.N. STOTZ. Construção compartilhada do conhecimento. Em *A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da Rede Educação Popular e Saúde*, por E.M. (org) VASCONCELOS, 101-114. Hucitec, 2001.
- BREILH, J. Entrevista: *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 13, n. 2, p. 533–540, maio 2015.
- EPSJV/Fiocruz. “A transição dos sistemas alimentares deve começar nas cidades”. Publicado em 13/07/2022. Disponível para download em: <https://www.retsus.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-transicao-dos-sistemas-alimentares-deve-comecar-nas-cidades>
- FREIRE P. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra; 2011.
- FREIRE P. *Pedagogia da Autonomia*. Editora Paz e Terra; 2004.



MÉLLO, L.M.B.D.D., et al. *Agentes populares de saúde: ajudando minha comunidade no enfrentamento da pandemia de Covid-19*. Recife: Fiocruz, 2020.

NIEMEYER, C. B. *O povo cuidando do povo: pesquisa em ação na promoção de territórios mais sustentáveis e saudáveis*, 2023. Disponível para download em: [https://1drv.ms/b/s!AhNWU\\_wl7XPSoats9hLpVZyYDP2IHA?e=hDkDkz](https://1drv.ms/b/s!AhNWU_wl7XPSoats9hLpVZyYDP2IHA?e=hDkDkz)

STOTZ EN. A educação popular nos movimentos sociais da saúde: uma análise de experiências nas décadas de 1970 e 1980. *Trab. educ. saúde*. 2005 Mar;3(1):9-30. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/sFmKc6cJnJXsQZXY4wSDSWf/?lang=pt&format=html>

GASPARONI CL, PIELKE LRF. *Pesquisa-ação: as experiências de João Bosco Guedes Pinto*. Ver. Bras. Estud. Pedagog. [Internet]. 2017 Sep;98(250):823–6. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.98i250.2912>